



Senado aprova distribuição de recursos do leilão do pré-sal

Projeto destina 15% para estados e 15% para municípios do que a União arrecadar no leilão. Se todos os campos forem leiloados, estados dividirão R\$ 10,9 bilhões

O Senado aprovou ontem o projeto que define a distribuição dos recursos do leilão de campos excedentes do pré-sal. O texto segue para sanção. A forma de partilha do dinheiro entre os estados gerou polêmica: dois terços serão distribuídos segundo o Fundo de Participação dos Estados e o restante deverá compensar as desonerações fiscais, o que beneficia os mais ricos. Os senadores concordaram, no entanto, que, embora não fosse o ideal, o texto precisava ser aprovado para garantir a distribuição dos recursos do leilão que acontece em novembro. **3**



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), durante a votação: "Próximas medidas do pacto federativo vão destinar mais recursos para estados e municípios"

Roque de Sá/Agência Senado

Relatório de MP sobre criança com microcefalia será votado hoje **2**

Crimes ambientais na Amazônia têm que ser evitados, aponta debate **2**

Vai a Plenário texto que adia uso de crédito do ICMS por empresa **5**

País precisa dominar mercado do cacau, dizem especialistas **6**

Calendário do segundo turno da nova Previdência está definido **7**

Debate pede regras para o ensino domiciliar

Cerca de 16 mil estudantes, em mais de 7 mil famílias no país, estão recebendo o ensino escolar em domicílio. No entanto, a prática não é regu-

lamentada no Brasil e essas famílias precisam de amparo jurídico. Debate na Comissão de Direitos Humanos apontou a urgência de se aprovar

um projeto com regras que garantam a qualidade da educação nessa modalidade e a socialização das crianças e adolescentes. **8**



Cátia Gisele Martins, Soraya Thronicke e Marcia Baldini acompanham argumentação de Aricélia do Nascimento

Waldeir Barreto/Agência Senado

Incentivos ao audiovisual poderão ser prorrogados

O projeto que estende até 2024 dois incentivos fiscais à produção audiovisual (para patrocínio a obras independentes e para cotas

de fundos de financiamento do cinema nacional) foi aprovado na Comissão de Educação e segue para a de Assuntos Econômicos. **7**



Relator da proposta, Dário Berger dirige a Comissão de Educação

Gerardo Magela/Agência Senado

Turismo vai ajudar o Brasil a superar crise, diz Kátia Abreu

Em audiência da Comissão Mista de Orçamento, a senadora Kátia Abreu apresentou plano de financiamento para o turismo, que, segundo ela, pode liberar R\$ 17,2 bilhões e gerar 379 mil empregos em 2020. A iniciativa integraria bancos públicos, Sistema S e Confederação Nacional do Comércio. **4**

Servidores poderão ficar na Defensoria Pública da União

Vai a sanção projeto de lei de conversão que assegura a permanência, na Defensoria Pública da União, de 819 servidores requisitados pelo Poder Executivo. O texto garante o funcionamento de 43 unidades municipais da DPU espalhadas pelo país. **5**

Reforma militar privilegia altas patentes, conclui audiência

Em debate ontem sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, os convidados disseram que a proposta é injusta, exige sacrifício de todos os integrantes, mas favorece os de alta patente. O projeto está para ser votado em comissão especial da Câmara. **7**

Debatedores pedem fim de ilegalidades na Amazônia

Combater grileiros, garimpo e extração de madeira irregulares e, ao mesmo tempo, promover legalização fundiária e pagar serviços ambientais à população local foram soluções sugeridas em audiência

MAIOR PRESENÇA DO poder público e regularização fundiária são essenciais para conter os crimes ambientais na Amazônia, entendem os especialistas ouvidos ontem em audiência pública interativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Os debatedores chamaram a atenção para a origem humana da maior parte das queimadas verificadas na região em 2019.

Por videoconferência, a procuradora da República no Amazonas Ana Carolina Bragança disse que 2019 não tem sido um ano mais seco que os anteriores. Por isso o aumento das queimadas tem, segundo ela, causas humanas. Ela explicou que o objetivo da força-tarefa Amazônia do Ministério Público Federal é combater crimes ambientais no Arco do Desmatamento, que passa por Acre, Rondônia e Sul do Amazonas.

— Não tendo autorização, as queimadas têm caráter criminoso. Mas não há como instaurar mais de 66 mil procedimentos para identificar um autor para cada queimada produzida na Amazônia.

Segundo Ana Carolina, o processo de devastação começa pela extração de madeiras com alto valor comercial em áreas protegidas. Em seguida, essas áreas são ocupadas por grilei-



Senador Fabiano Contarato (C) acompanha explicação de debatedor

ros, que promovem desmatamento e queimadas visando à atividade agropecuária. Ao cobrar o fortalecimento dos órgãos estatais na Amazônia, ela traçou uma relação direta entre a redução da fiscalização, com a diminuição do número de servidores fiscais do Ibama na região, e a incidência de crimes ambientais.

População local

O secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, disse ser preciso respeitar as pessoas que vivem na Amazônia há mais de 50 anos e cuja atividade não pode ser confundida com as ilegalidades de madeireiros ou garimpeiros. Segundo ele, a queimada é parte da cultura da região, praticada também por indígenas. Ele disse que

32% da Amazônia Legal são terras devolutas da União que se tornam alvos de crimes e cobrou um novo plano de colonização agrária e o avanço da regularização fundiária.

— É fundamental que o Brasil efetive uma regularização fundiária. Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral [em 1500], ainda não tivemos uma regularização fundiária condizente com um país que almeje chegar ao primeiro mundo — afirmou.

Para o diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Joaquim Leite, a solução para a preservação da Amazônia passa pelo combate a atividades ilegais. Ele defendeu mecanismos para pagamento de serviços ambientais à população local, de modo a contribuir com o cumprimento das metas do Brasil no Acordo de Paris.

Cancelada urgência para texto sobre terra indígena

A partir de uma questão de ordem feita pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi cancelada a urgência que incluiu na ordem do dia de ontem projeto que excluiu da Terra Indígena São Marcos a área urbana do município de Pacaraima (RR).

O requerimento de urgência (REQ 889/2019) para o projeto de decreto legislativo (PDL 28/2019), de Mecias de Jesus (Republicanos-RR), deve ser votado hoje.

Randolfe explicou que o Regimento Interno do Senado determina que requerimentos desse tipo precisam ser lidos em uma sessão e deliberados

somente na sessão seguinte. Apesar disso, o pedido de urgência para o projeto foi lido e votado no mesmo dia (9 de outubro), sem inclusão prévia na ordem do dia. A questão de ordem foi deferida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que cancelou a votação do requerimento.

Protesto do relator

O senador Telmário Mota (Pros-RR), que relatou o projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), defendeu a urgência para a proposta. Ele explicou que Pacaraima é único município brasileiro que não tem área urbana,

mesmo tendo seu território ocupado desde o século 18 e tendo sido reconhecido em 1995.

— Nós fizemos uma audiência pública. Ouvimos todas as lideranças, indígenas e não indígenas. Todos se manifestaram a favor. E o que se quer é definir como área urbana apenas 1.700 hectares, de uma área de mais de 8 mil quilômetros quadrados — justificou, assegurando que nenhum índio será afetado.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) defendeu o adiamento da votação, pedindo tempo para que o assunto seja melhor debatido.

Aprovado voto de louvor a Fernanda Montenegro

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem voto de louvor pelos 90 anos da atriz Fernanda Montenegro, celebrados hoje. Tasso destacou a importância da atriz na história do teatro e da televisão e disse propor a homenagem não apenas

por seu consagrado talento e sua vasta obra, mas também por “seu exemplo de vida, de cidadã, de defesa da cultura, na conscientização de direitos e na luta por causas valiosas à nossa sociedade”.

— Fernanda Montenegro é um símbolo nacional, uma

unanimidade, que se constituiu ao longo de uma brilhante carreira, décadas dedicadas à arte e à cultura, com centenas de personagens e espetáculos no rádio, teatro, cinema, televisão, rendendo-lhe os mais altos prêmios e comendas mundo afora.

Relatório sobre crianças com zika será votado hoje

A votação do relatório da Medida Provisória (MP) 894/2019 foi adiada para hoje, às 14h30. A MP institui pensão mensal vitalícia para crianças com microcefalia decorrente do Zika vírus.

O relator, Izalci Lucas (PSDB-DF), informou que está acertando detalhes do texto final e que já acatou emenda do senador Romário (Podemos-RJ), para que seja trocada a expressão “crianças com microcefalia decorrente do Zika vírus” por “crianças com síndrome

congenita do Zika vírus”. Essa mudança, segundo o relator, pode dobrar o número de beneficiados.

Izalci também sinalizou que está negociando com o governo para que o benefício alcance as crianças afetadas nascidas até o final deste ano. O texto da MP determina o valor mensal de um salário mínimo para as crianças afetadas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Girão se solidariza com as vítimas de desastre no Ceará

Eduardo Girão (Podemos-CE) manifestou ontem solidariedade às famílias atingidas pelo desmoronamento de prédio residencial em Fortaleza.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador afirmou que suas preces estão voltadas aos cearenses.

— Essas tragédias servem a dois propósitos: o material é a identificação das causas, para que sirvam de prevenção para que outras ocorrências similares sejam prevenidas. A segunda é uma oportunidade evolutiva, no sentido de afirmar a fé em Deus — disse.

Plínio Valério pede instalação da CPI das ONGs na Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu ontem a instalação de comissão



Jefferson Rudy/Agência Senado

parlamentar de inquérito para investigar as ONGs na Amazônia. Ele disse que o requerimento já tem a assinatura de 30 senadores. O senador afirmou que tem recebido denúncias sobre a atuação dessas organizações e que o “objetivo da CPI não é estigmatizar nem demonizar ONG alguma”, mas “desmascarar as que utilizam o apelo sentimental da Amazônia” para angariar recursos e distribuí-los entre si.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDR Vítimas de desastres naturais

9h Entre 9 itens, o PL 5.022/2019, que estabelece prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais.

CAS Verba para a saúde

9h30 O PL 3.709/2019, que destina 1% da arrecadação das loterias para a saúde pública, é um dos 19 itens.

CCJ Previdência

10h Pauta de 32 itens. Às 14h, debate sobre a PEC paralela da Previdência.

CCT Instalação de antenas

10h Entre 23 itens, o PL 3.269/2019, que autoriza a instalação de antenas de rede de telecomunicação quando houver o silêncio positivo.

CI Plano Plurianual

11h Emendas ao Plano Plurianual 2020–2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020.

CRA Falência do produtor rural

11h Audiência para discutir o PLS 624/2015, que iguala produtor rural a empresário em caso de falência.

CMA Multa por crime ambiental

14h O PLS 752/2015, que aumenta multa de crime ambiental por atividade empresarial de grande escala, é um dos 12 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O Projeto de Lei Complementar 223/2019, que prorroga os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS, está na pauta.

CMO Plano Plurianual

14h30 Emendas ao PPA de 2020–2023 e ao PLOA de 2020.

CMCVM Diagnóstico de câncer

14h30 Emendas ao PLOA 2020. Depois, debate sobre o PLC 143/2018, que prevê diagnóstico de câncer em até 30 dias.

CMMC Agropecuária sustentável

14h30 Audiência para debater manutenção de floresta e agropecuária sustentável. Depois, emendas ao PLOA 2020.

MP 894/2019 Criança com microcefalia

14h30 Análise do relatório.

MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal

14h30 Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Aprovada distribuição de recursos do pré-sal

Forma de partilha entre os estados gerou polêmica, mas os senadores decidiram aprovar o texto para não inviabilizar divisão dos recursos do leilão, previsto para novembro

O SENADO APROVOU ontem, por unanimidade, o projeto que garante a distribuição a estados e municípios de parte do bônus de assinatura do leilão de campos excedentes do pré-sal. O PL 5.478/2019 já havia sido aprovado de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora o texto vai à sanção.

O projeto destina aos entes federados 30% do que a União arrecadar no leilão. Se todos os campos forem leiloados, estados e Distrito Federal ficarão com 15%, ou R\$ 10,9 bilhões, e municípios receberão os outros 15%.

— Nunca aconteceu, na história do Brasil, uma distribuição de recursos do jeito que está sendo feita. Apesar de divergir em muitas coisas, há que se dar valor a quem começou essa discussão, o ministro Paulo Guedes. Ele erra ao dizer “Menos Brasília, mais Brasil” em vez de “Menos União, mais Brasil” — afirmou o relator, Omar Aziz (PSD-AM).

O rateio entre as prefeituras seguirá os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que considera parâmetros como desigualdade regional e renda per capita para beneficiar populações com menor índice de desenvolvimento.

Já o critério de distribuição para os estados foi o ponto que demandou maior esforço por um acordo. A Emenda Constitucional 102, que estabeleceu esses percentuais, determina que eles recebam os recursos segundo critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Essa regra agradava aos entes mais pobres, que receberiam proporcionalmente mais, em razão da tentativa de se equalizar as distorções regionais.

Com a nova regra de distribuição, incluída no texto pela Câmara dos Deputados, apenas dois terços ficam distribuídos segundo o FPE e a parte restante obedecerá a um critério para compensar as perdas dos estados exportadores com as desonerações fiscais previstas na Lei Kandir (Lei Complementar



Em sessão acompanhada por prefeitos de todo o país, Davi Alcolumbre disse que outras medidas do pacto federativo compensarão estados e municípios

tar 87, de 1996). Além disso, o projeto garante ao Rio de Janeiro, estado confrontante (de onde será efetivamente retirado o petróleo), 3% da parcela da União (R\$ 2,1 bilhões), que ficará com 67% do bônus.

— Embora as expectativas iniciais tenham sido frustradas, prevaleceu o entendimento que, se não agrada a todos, tem o amplo apoio do conjunto dos governadores — afirmou o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Emendas

Em Plenário, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) defendeu emenda para compensar os estados do Norte e do Nordeste e o DF pelas perdas com o novo critério. Para isso, a emenda previa a retirada de mais 3% da parcela da União, fazendo com que os recursos fossem distribuídos a esses entes.

Omar Aziz explicou que, apesar de concordar com o mérito da emenda, não seria possível acatá-la porque mudanças no projeto atrasariam a aprovação e a data do leilão está próxima: 6 de novembro. A demora na aprovação do critério, segundo o relator, poderia inviabilizar a distribuição dos recursos.

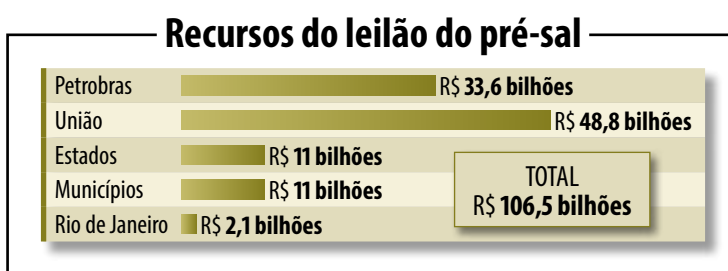
Foram rejeitadas a emenda de Rogério Carvalho e também a que previa que parte dos recursos (0,5% do total) fosse retirada dos 67% da União e destinada a Roraima. Segundo o autor, Mecias de Jesus (Republicanos-RR), o estado precisa de recursos para lidar com todos os problemas resultantes da imigração massiva de venezuelanos. O líder do governo prometeu uma reunião com a bancada de Roraima para tratar de recursos extraordinários ao estado.

Para grande parte dos senadores que se pronunciaram, o texto aprovado, apesar de não ser o ideal, foi o possível. O líder da Maioria, Eduardo Braga (MDB-AM), disse acreditar que o melhor seria não ter alterado o critério para os estados, mas afirmou que a situação ideal não seria possível do ponto de vista político.

Já o líder da Minoria, Raulo Rodrigues (Rede-AP), defendeu o fim da isenção a petroleiras, que, segundo ele, já chega a R\$ 1 trilhão. De acordo com o senador, sem as isenções aprovadas pelo governo de Michel Temer, haveria R\$ 338 bilhões a mais para estados e municípios. Para ele, a distribuição dos recursos não é uma “bondade do governo” atual e sim o cumprimento do que determina a Constituição. O senador Reguffe (Podemos-DF) concordou:

— Essa participação está especificada na Constituição, então não é um favor do governo federal, é uma vitória do Congresso.

Para Cid Gomes (PDT-CE), relator da primeira proposta que tratou da distribuição de recursos (PEC 98/2019), a Câmara não deveria ter feito a alteração no critério de distribuição para os estados. O senador disse que a outra Casa



Legislativa não dá ao Senado o mesmo respeito que recebe. O senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) acusou a Câmara de não cumprir o primeiro acordo estabelecido.

Já Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) salientou a disposição do governo de fortalecer os entes federativos. Ele destacou o ineditismo da distribuição de recursos a todos os estados e municípios do país.

Excedente

O dinheiro a ser repartido é uma parte do chamado bônus de assinatura do leilão, que totaliza R\$ 106,56 bilhões. Esse valor foi acertado pelo governo em abril. Firmado pela Petrobras e a União em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Mas novas sondagens descobriram que a reserva tem potencial para cerca de 15 bilhões de barris. É esse excedente que será licitado.

O bônus será pago em duas parcelas pelos vencedores do leilão, uma neste ano e outra em 2020. Do total, R\$ 33,6 bilhões ficarão com a Petrobras em razão de acordo com a União para que as áreas sob seu direito de exploração possam ser licitadas. Do restante (R\$ 72,9 bilhões), 15% ficarão com os estados e 15% com os municípios. O Rio de Janeiro receberá mais 3%. Os outros 67% ficarão com a União (R\$ 48,84 bilhões).

Os recursos devem ser usa-

dos para despesas previdenciárias e investimentos.

No caso dos estados, a prioridade é a Previdência Social: só poderão fazer investimentos quando garantirem reserva financeira específica para pagar as despesas previdenciárias a vencer até o exercício financeiro do ano seguinte ao da transferência dos recursos pela União. Para os municípios, não há essa regra e os recursos podem ser usados para as duas finalidades.

Apesar de discordarem dos critérios de distribuição para os estados, os senadores tiveram como ponto comum os benefícios aos municípios, que enfrentam dificuldades.

— É o primeiro passo. Nas próximas medidas do pacto federativo, conseguiremos desvincular mais recursos federais e alocá-los nos municípios e nos estados — afirmou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Carlos Viana (PSD-MG) e Wellington Fagundes (PL-MT) também classificaram o projeto como o primeiro passo para mudar a forma como os recursos são distribuídos.

Nelsinho Trad (PSD-MS) afirmou que mais de 70% dos municípios fecharam suas contas no vermelho em 2018. Os prefeitos, disse, enfrentam dificuldade até para comprar merenda escolar.

O senador Telmário Mota (Pros-RR) lembrou que é nos municípios acontecem verdadeiramente as políticas que beneficiam a população.



Relator, Omar conversa com Braga, Jean Paul e Paulo Rocha na sessão

Kátia Abreu propõe plano para estimular turismo

Em audiência sobre o financiamento do turismo no país, ela defendeu a criação de um plano nos moldes do Plano Safra, pelo qual a União libera crédito para pequenos e médios produtores rurais

A SENADORA KÁTIA Abreu (PDT-TO) apresentou ontem um plano de financiamento para o setor do turismo, que, segundo ela, pode liberar R\$ 17,2 bilhões e gerar 379 mil empregos em 2020. A iniciativa integraria bancos públicos, o Sistema S e a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O plano foi proposto pela senadora durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que discutiu alternativas de financiamento para o turismo. Kátia Abreu comparou a ideia ao Plano Safra, que libera créditos para pequenos e médios produtores agropecuários. Para ela, os dois setores são comparáveis no retorno econômico e social que geram e merecem atenção semelhante.

— O turismo, assim como o agronegócio, é a superação da crise. Temos que investir pouco e ele mesmo se paga.

A senadora destacou que, em 2018, o setor do turismo foi responsável por parcela significativa do produto interno bruto (PIB) e da geração de empregos, mesmo com uma dotação orçamentária muito baixa e com apoio estrutural desfavorável. Entre os fatores citados por ela que prejudicam o crescimento do turismo no Brasil, estão a criminalidade, a pouca abertura para o mercado internacional e a baixa qualificação dos trabalhadores.

Além dos aportes diretos, Kátia Abreu defendeu investimentos na infraestrutura de transportes, especialmente rodovias, e no aprimoramento tecnológico dos pontos turísticos. Ela também ressaltou a importância do acolhimento de *startups* que desenvolvam aplicativos e plataformas dire-



Segundo Kátia Abreu, iniciativa pode gerar 379 mil empregos em 2020

cionados para os turistas.

Dos R\$ 17,2 bilhões que poderiam ser disponibilizados para o setor, R\$ 16 bilhões viriam dos bancos públicos. Essa estimativa se baseia no histórico dos maiores valores liberados por cada um dos principais bancos públicos em crédito para o turismo entre 2003 e 2017. O auge foi em 2013, quando os bancos disponibilizaram quase R\$ 20 bilhões para o setor. Desde então o crédito entrou em queda, alcançando, em 2017, pouco mais de R\$ 4 bilhões, patamar semelhante ao de 2005.

Ministério

O secretário-executivo do Ministério do Turismo, Daniel Nepomuceno, apresentou as expectativas orçamentárias da pasta para os próximos anos. A dotação prevista para 2020 é de R\$ 200 milhões e esse valor pode cair para R\$ 170 milhões até 2023. Por isso, ele defendeu a busca de opções no setor privado e a solução de gargalos estruturais e econômicos que travam a competitividade do turismo brasileiro. O país inteiro recebe, anualmente, menos turistas do que a cidade de Nova York, nos Estados Unidos.

— Se a situação do país não permite dinheiro público para

nossas políticas, temos que melhorar o nosso ambiente de negócios e atrair investimentos. Existem fundos internacionais que estão sendo usados e o Brasil não está competitivo.

Ministro do Turismo de 2000 a 2002, Carlos Melles disse que o orçamento destinado ao setor é “pífio”, o que impede o Brasil de fazer parte da prosperidade global da indústria do turismo, que movimenta cerca de R\$ 9 trilhões por ano. Já Vinícius Lages, ministro entre 2014 e 2015, também ressaltou os números “espetaculares” do turismo no mundo e observou que o Brasil já foi ultrapassado por países que tiveram uma inserção internacional tardia, como Peru e Tailândia. Para ele, o país ainda peca na promoção turística, que requer articulação entre agentes públicos e privados.

O deputado Marx Beltrão (PSD-AL), que foi ministro de 2016 a 2018, afirmou que o Congresso precisa ser ativo, apresentando uma pauta legislativa de apoio e incentivo ao setor. Ele lembrou do PL 1.829/2019, que moderniza a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771, de 2008), abrindo ainda mais o mercado de empresas aéreas. O projeto foi aprovado pela Câmara em março e aguarda deliberação do Senado.

Comissão quer incentivar mobilização olímpica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve realizar “o mais rapidamente possível”, segundo as palavras de seu presidente, senador Dário Berger (MDB-SC), uma audiência com representantes de entidades significativas do desporto nacional. O objetivo é tornar 2020 o Ano da Participação Olímpica Brasileira, como prevê projeto (PL 5.183/2019) da senadora Leila Barros (PSB-DF).

A realização da audiência atende requisito da Lei 12.345, de 2010, que exige que o setor social envolvido seja oficialmente consultado quando da definição de datas,

homenagens ou mobilizações oficiais. Serão convidados para a audiência representantes do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, da Comissão Nacional de Atletas (CNA) e do Conselho Nacional do Esporte (CNE). Além de 2020 ser um ano olímpico, com os jogos sendo realizados em Tóquio, o ano marca também o centenário da primeira vez em que o Brasil participou da competição. Em 1920, o país enviou 22 atletas para os Jogos em Antuérpia, na Bélgica.

O texto prevê que órgãos da administração pública vincula-

dos ao setor se articulem com as entidades desportivas, visando valorizar o esporte nacional. O senador Esperidião Amin (PP-SC), relator da proposta, espera vê-la aprovada.

“O olimpismo é uma filosofia herdada da Grécia Antiga, onde nasceram os jogos. Os objetivos vão muito além da excelência esportiva e a mera competitividade, pregam a construção de um mundo melhor e a promoção da paz. É algo de relevância cultural e resalta valores necessários para a sociedade brasileira atual, como a resiliência, a busca da excelência, a cooperação e o cuidado com a saúde”.

Senado aprova criação do Dia Nacional da Filantropia

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 2.117/2019, que institui o Dia Nacional da Filantropia em 20 de outubro. A proposta segue para sanção.

Na Comissão de Educação (CE), Irajá (PSD-TO), explicou a origem do termo.

“A palavra filantropia vem dos termos gregos *philos* e *anthropos*, que significam respectivamente ‘amor’ e ‘ser humano’. Ou seja, podemos dizer que a filantropia significa amor ao ser humano, ou à humanidade. A filantropia no Brasil remonta à época do descobrimento, com a fundação da Santa Casa de Santos, em 1543”, detalha o senador.

Ele explica que a Santa Casa de Santos oferecia abrigo e alimentação e, com o passar dos anos, as instituições filantrópicas modificaram-se e multiplicaram-se. Hoje,

informou Irajá, mais de 9 mil instituições praticam a filantropia de forma reconhecida pelo Estado brasileiro.

Autores, os deputados Antonio Brito (PSD-BA) e Eduardo Barbosa (PSDB-MG), dizem que a iniciativa pretende dar visibilidade à participação do cidadão na sociedade. Segundo eles, a filantropia é uma prática de caráter altruísta, pois promove a inserção de pessoas em um “sistema organizado de construção do desenvolvimento, por meio da promoção da saúde, da educação, da capacidade profissional, da conscientização em relação ao ambiente em que vivemos, tendo uma capilaridade que lhe permite chegar onde o Estado não consegue, com eficiência, economia e dedicação, sendo os desafios encarados como missão”.

Adiada sabatina de Fabio Kanczuk para o Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a sabatina de Fabio Kanczuk, ex-diretor do Banco Mundial indicado para o Banco Central, que estava marcada para ontem. A nova data ainda não foi confirmada.

A sabatina estava marcada para as 10h, mas em razão de um pedido de inversão, senadores votaram antes dois projetos: O PLP 223/2019, que trata de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, e o PL 5.478/2019, sobre a divisão do bônus do pré-sal.

O presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), comunicou a decisão de

adiar o processo depois que o colegiado ficou esvaziado e alguns senadores se queixaram da possibilidade de abertura do painel de votação antes mesmo da sabatina. Reguffe (Podemos-DF) e Rose de Freitas (Podemos-ES) exigiram a realização.

— Se não é possível ter uma sabatina, meu voto não vai para o painel — disse Rose.

Reguffe ressaltou que não pode ser “meramente um mecanismo formal”.

— Por mais que haja um adiantado da hora, não tem cabimento abrir a votação antes da sabatina — apontou o senador.

Rodrigo Pacheco destaca rateio de recursos do pré-sal

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação do projeto de lei que define o rateio, entre estados e municípios, de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal. Para o senador, a aprovação do projeto vai ser um alento aos municípios de todo o país, em especial aos de Minas Gerais, que, segundo ele, passam por dificuldades financeiras.

O senador destacou a presença dos prefeitos que saíram de suas cidades para acompanhar a votação.

— Esse trabalho institucional de defesa dos municípios é fundamental.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe anuncia recursos para saúde, educação e segurança

Reguffe (Podemos-DF) informou ontem, em Plenário, ter destinado aos setores de saúde, educação e segurança suas emendas ao Orçamento da União de 2020. Ele informou que cada um dos parlamentares teve direito a um valor total de R\$ 15,9 milhões em emendas, que, por terem caráter impositivo, serão obrigatoriamente executadas pelo governo federal.

De acordo com o senador, mais de R\$ 6 milhões servirão para ampliar, reformar e qualificar o Centro Oncológico do Hospital de Base do DF, o que permitirá dobrar o número de consultas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado confirma permanência de servidores na Defensoria Pública

Texto garante o funcionamento de 43 unidades da Defensoria Pública da União ao manter 819 funcionários que teriam de voltar ao Executivo

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão que garante a permanência, na Defensoria Pública da União (DPU), de 819 servidores requisitados do Poder Executivo. O texto segue para sanção presidencial.

O projeto (PLV 23/2019) foi originado da Medida Provisória 888/2019. Na prática, o texto garante o funcionamento de 43 unidades municipais da DPU espalhadas pelo país que corriam o risco de fechamento caso os servidores — cerca de dois terços da força de trabalho administrativa da instituição — tivessem que voltar aos órgãos de origem.

A possibilidade de devolução compulsória dos funcionários estava prevista na Lei 13.328, de 2016, que estabeleceu prazo máximo de três anos de requisição de



Relator da MP, Lasier destaca serviço a quem não pode pagar advogado

servidores da administração pública federal.

De um total de 1.300 servidores que atuam no apoio administrativo da defensoria, em torno de 800 teriam que retornar aos seus órgãos de origem no Executivo. A DPU conta hoje com um quadro próprio de 639 defensores

públicos, de um total de 1.280 cargos criados, além de outros 1.320 servidores que não são defensores.

De acordo com o artigo 134 da Constituição, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e responsável pela orientação

jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita, aos necessitados ou aos que comprovarem insuficiência de recursos.

O texto também determina que a DPU deverá reduzir o número de servidores requisitados “em quantidade equivalente aos cargos efetivos que vierem a ser providos para o quadro permanente de pessoal de apoio”. O relator da MP na comissão mista que analisou previamente a medida, senador Lasier Martins (Podemos-RS), disse que o Parlamento estava salvando 43 unidades que prestam serviços humanitários às pessoas que não têm condições de pagar advogados. A aprovação também foi comemorada pela senadora Rose de Freitas (Podemos-ES).

Permissão do uso de créditos de ICMS por empresa pode ser adiada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto que adia de 1º de janeiro de 2020 para 1º de janeiro de 2033 o marco inicial de produção de efeitos das regras que permitem a ampla apropriação de créditos decorrentes de energia elétrica, de mercadorias destinadas ao uso ou consumo e de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento contribuinte do ICMS. O texto (PL 223/2019 — Complementar) segue com urgência para o Plenário.

As operações com energia elétrica, insumos e serviços de comunicação têm um tratamento especial quanto ao crédito na Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996). A partir de 2020, elas terão o mesmo tratamento para qualquer tipo de operação e darão direito ao crédito do ICMS de forma ampla.

Segundo o autor da proposta, senador Lucas Barreto (PSD-AP), “seria insuportável pelos estados, especialmente quando alguns deles se en-

contram atravessando graves dificuldades fiscais, permitir-se aos contribuintes o aproveitamento de tais créditos, pois isso impacta imediatamente na arrecadação”.

O projeto aprovado pela CAE vem na esteira da Lei Complementar 160, de 2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos ilegalmente pelos estados a empresas e indústrias para acabar com a guerra fiscal.

Para o relator na CAE, senador Cid Gomes (PDT-CE), se não for postergado o prazo, empresas serão autorizadas a abater do imposto devido o ICMS incidente sobre energia, comunicação e insumos de forma ampla.

— Estamos tratando de contabilizar o que é e o que é não é crédito das empresas — disse.

Segundo ele, o novo marco inicial proposto (janeiro de 2033) é alongado o suficiente para que seja a última prorrogação do direito dos contribuintes de utilizar integralmente os créditos de ICMS.

Aprovada medida que prorroga 30 contratos da Aeronáutica

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até 30 de junho de 2021, 30 contratos do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) firmados a partir de junho de 2015. A MP 887/2019 não foi alterada pelo Legislativo e segue para promulgação.

A prorrogação dos contratos se deve ao novo cronograma do projeto KC-390, um cargueiro de uso militar que está sendo desenvolvido pela Embraer e certificado pelo IFI.

O término da certificação da aeronave, previsto inicial-

mente para o terceiro trimestre de 2018, deve se estender até o primeiro semestre de 2021, em função de questões técnicas e orçamentárias.

A Aeronáutica afirma ainda que não há tempo hábil para reposição de pessoal por meio de concurso público. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da prorrogação dos contratos é de R\$ 1,7 milhão em 2019, R\$ 3,2 milhões em 2020 e R\$ 1,7 milhão em 2021.

A MP, aprovada no Plenário da Câmara no dia 1º, contou com o parecer favorável, sem emendas, do deputado Gustavo Fruet (PDT-PR).

Passa indicação de nome para o Conselho Nacional de Justiça

O Plenário aprovou ontem a indicação do juiz Mário Augusto Guerreiro para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2019-2021. Foram 59 votos a favor, 4 contrários e 3 abstenções. O nome de Guerreiro havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no mês passado. Ele teve a indicação relatada por Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e vai ocupar uma vaga destinada a um indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro é juiz auxiliar da presidência do

CNJ. Começou a carreira com a graduação em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2005. Em 2009, concluiu mestrado em ciências jurídico-políticas pela Universidade de Coimbra, em Portugal. O ingresso na magistratura se deu em 2010, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Também atuou como juiz auxiliar de ministro vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre os anos de 2016 e 2018. Atualmente integra o Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária.

Para Marcos Rogério, STF precisa garantir combate à corrupção

Marcos Rogério (DEM-RO) pediu em Plenário ontem que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) mantenham o entendimento para permitir a prisão após a condenação em segunda instância. Para o senador, essa é uma forma de garantir que o Brasil continue avançando no combate à corrupção e a todo tipo de criminalidade.

— Não faço a análise desse assunto pensando no ex-presidente Lula. O que o Supremo vai decidir terá impacto sobre a vida de milhares de brasileiros.

Alvaro Dias defende continuação de prisão em segunda instância

Alvaro Dias (Podemos-PR) disse ontem estar preocupado com o julgamento do Supremo Tribunal Federal que pode anular a validade de prisões realizadas após condenações em segunda instância. Um novo entendimento pode prever que os condenados só poderão ser recolhidos após o trânsito em julgado, quando não houver mais possibilidades de recursos. A sessão está marcada para amanhã. Ele ressaltou que caso o STF altere a jurisprudência, cerca de 196 mil pessoas que estão presas poderão voltar ao convívio social.

Decisão do STF pode comprometer Lava Jato, avalia Lasier

Lasier Martins (Podemos-RS) alertou ontem, em Plenário, para “a ameaça da volta das impunidades criminais no Brasil”. Ele se referia ao julgamento de três ações no Supremo Tribunal Federal que discutem a possibilidade de prisões após condenação em segunda instância, marcado para amanhã. O senador acredita que a decisão pode comprometer o rumo da Operação Lava Jato. Lasier destacou que poderão ser beneficiados em torno de 190 mil presos, caso a decisão tomada pela maioria dos ministros seja a favor do fim da prisão em segunda instância. Para ele, a operação é patrimônio do povo brasileiro.



Cid Gomes apoia proposta de alongar prazo para benefício entrar em vigor

Debate propõe produção sustentável de cacau

Fortalecimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e investimentos em pesquisa foram soluções apontadas em audiência na Comissão de Agricultura

A VOLTA DO protagonismo brasileiro na produção de cacau depende de investimentos em pesquisa e do fortalecimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Essa é a conclusão de debate promovido ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o avanço dos estudos e a importância da extensão rural para incrementar a cultura do cacau.

Ligada ao Ministério da Agricultura (Mapa), a Ceplac está presente em seis estados (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia) e no Distrito Federal. O órgão existe há 62 anos e tem a missão de promover ações e atividades relacionadas ao desenvolvimento rural das regiões brasileiras produtoras de cacau e aos sistemas agroflorestais a ele associados.

O extensionista da Ceplac Ivan Costa e Sousa disse que o órgão nunca teve um projeto aprovado por programas de fomento. Ele criticou a diminuição dos recursos para a pesquisa e as dificuldades de crédito aos produtores.

— O país precisa de um projeto porque, até agora, o governo não declarou o que quer do cacau do Brasil. A gente precisa saber: vamos plantar, renovar, ampliar áreas cultivadas, reduzir, aumentar produtividade? Vamos para onde? Do jeito que está não



Pesquisador da Embrapa, Kepler Euclides Filho fala em audiência pública requerida pelo senador Acir Gurgacz (C)

pode ficar — declarou.

O pesquisador da Embrapa Kepler Euclides Filho ressaltou que recursos para pesquisa não são gastos, mas investimentos. Para ele, a volta da liderança brasileira nessa cultura também passa pela capacitação dos produtores e por um esforço conjunto de instituições como a Ceplac.

— Quanto mais nos fortalecermos nesse aspecto, inclusive com o apoio da classe política e com a disposição das universidades, mais poderemos fazer a comunicação das tecnologias e capacitar nosso pessoal de campo, aperfeiçoando os sistemas de produção.

O presidente da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudeste da Bahia, Lero Cunha, também pediu empenho no fortalecimento da Ceplac e mais recursos para o desenvolvimento de tecno-

logias de combate a pragas.

— Peço apoio a todo esse grupo político e parabeno os outros estados, também preocupados como nós, da Bahia. E que todos nos unamos para combater pragas como foi a vassoura-de-bruxa, que tanto prejudicou a nossa região.

Vontade política

O autor do requerimento para a audiência, Acir Gurgacz (PDT-RO), considerou importante para o país discutir o trabalho de extensão rural da Ceplac, especialmente em favor dos pequenos e médios produtores. Para o senador, a volta do Brasil ao topo da produção e comercialização do fruto também é uma questão de vontade política e de investimentos.

Dados do Mapa, citados por Acir, indicam que foram produzidas no país, em 2018,

cerca de 180 mil toneladas de cacau, numa área de 745 mil hectares.

A produção gerou 4,5 mil empregos diretos nas fábricas, moedoras e beneficiadoras, movimentando cerca de R\$ 14 bilhões no período. O Brasil, no entanto, já foi o maior exportador de cacau no mundo, com uma produção de quase 500 mil toneladas por ano. Atualmente o país ocupa somente a sétima posição no ranking mundial.

— A retomada da produção e da qualidade do cacau é o nosso desejo e o principal objetivo do Projeto de Lei 4.107/2019, de autoria do senador Angelo Coronel [PSD-BA] e relatado por mim. A proposta contempla a sustentabilidade econômica, social e ambiental do cacau e garante ao produtor acesso a todas as linhas de crédito para incentivo à ati-

vidade — explicou Gurgacz.

Ao ressaltar a importância do cacau e de seus derivados para a economia e para a geração de emprego, o senador observou que a intenção é incrementar essa atividade recuperando áreas degradadas e sem promover devastações.

O secretário-adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa, Pedro Alves Corrêa Neto destacou o potencial do Brasil para retomar o destaque na cadeia de produção do cacau. Ele disse que o governo enxerga a grandiosidade das associações produtivas e é consciente dos desafios, principalmente relacionados à organização das estruturas de apoio, como a Ceplac.

Corrêa Neto informou que a ministra Tereza Cristina determinou a criação de um grupo de trabalho com entidades que reconhecem a grandeza do setor. O intuito é ajudar o país a reassumir o patamar de produção do passado.

— Estamos falando de tecnologia, de aumento da renda, do fortalecimento do produtor e de desenvolvimento regional. O ministério sabe a diferença entre fazer pesquisa, gerar aprendizado e transferir esse conhecimento para o campo. Nosso desafio é refletir sobre maneiras de fortalecer essa cadeia produtiva, inserida no setor agropecuário, tão robusto neste país — ponderou.

Lasier cobra reunião para autorizar concurso

Lasier Martins (Podemos-RS) contestou ontem, em questão de ordem, autorização para realização do concurso público do Senado, publicada no dia 3. Lasier questionou o Ato 2, da Comissão Diretora, sob a alegação de que não teria existido reunião para tratar do assunto.

— Se houve reunião para deliberar sobre autorização de concurso público no Senado, não houve publicação

de sua convocação, muito menos da pauta ou resultado da reunião. Sou o segundo-vice-presidente desta Casa, membro titular da Mesa do Senado e fiquei sabendo pelos jornais.

Lasier afirmou não ser contra o concurso, mas temer questionamentos judiciais sobre a legalidade da autorização do concurso. Ele explicou que o ato que autorizaria a realização de concurso deveria ser devidamente analisado

em reunião da Comissão Diretora previamente convocada com dia, local e horário definidos e pauta enviada aos membros com antecedência. Além disso, após a reunião deveriam ser publicadas as listas de presença assinadas, as notas taquigráficas e a ata da reunião, o que, segundo ele, não aconteceu. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, deve responder à questão de ordem nas próximas sessões deliberativas.

Projeto que iguala produtor rural a empresário será debatido hoje

A Comissão de Agricultura (CRA) promove hoje um debate sobre o projeto de lei que dá aos produtores rurais o direito de usar os mesmos mecanismos de falência ou recuperação judicial e extrajudicial que já se aplicam a empresários e empresas.

O requerimento de audiência foi apresentado pelo relator do PLS 624/2015 na CRA, senador Jayme Campos

(DEM-MT). Do ex-senador e atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), o texto inclui um dispositivo na Lei de Falências para garantir que as disposições da norma também podem ser usadas pelos produtores rurais.

Na justificativa da proposta, Caiado afirma que o setor rural é um dos principais responsáveis pelos bons indicadores da economia brasileira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Paulo Paim (C) conduz audiência com associações de militares e advogados e ouve Solange Moreira de Jesus

Para debatedores, proposta de reforma militar é injusta

Segundo participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos, o projeto para a previdência das Forças Armadas exige sacrifício de todos os militares, mas só beneficia as altas patentes



O PROJETO DE lei que trata da reforma da previdência dos militares é injusto, afeta direitos adquiridos e exige sacrifício de todos os militares, mas só beneficia as altas patentes. Essa foi a opinião unânime dos participantes da audiência que debateu ontem a proposta do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (PL 1.645/2019), que está prestes a ser votada em uma comissão especial na Câmara.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), os debatedores sugeriram que deputados e senadores ouçam todas as categorias para o aprimoramento do texto ou até mesmo que o Executivo, autor da proposta, retire-a de tramitação e elabore uma nova, com menos divergências, ouvindo os apelos e sugestões dos suboficiais.

— Os sargentos, os suboficiais, os cabos têm postura, estudaram. Temos em nosso meio mestres e doutores que podem contribuir, e não atrapalhar, para a construção de melhorias na carreira militar. O mundo em que vivemos é aquele em que todos sentam para conversar, não cabe mais a imposição de ideias — sugeri o presidente da Federação Nacional dos Graduados Inativos

das Forças Armadas, Márcio Carvalho.

O deputado Glauber Braga (Psol-RJ) disse que apresentou, na comissão especial, destaques para tentar aprovar emendas que amenizem as perdas para algumas categorias. Para o advogado Cláudio Lino, presidente do Instituto Brasileiro de Análises de Legislações Militares (Ibalm), o projeto é “um remendo novo em roupa usada”. Ele advertiu que a categoria irá recorrer ao Judiciário se o projeto passar no Congresso com tantas brechas causadoras de prejuízos, principalmente aos suboficiais e aos já reformados.

O vereador de Guaratinguetá (SP) Fabrício da Aeronáutica (MDB), que é militar da reserva, disse que a proposta exige sacrifícios de todos da base, mas os benefícios são direcionados apenas aos graduados.

Conflitos

Alguns pontos conflituosos destacados na audiência foram a cobrança de contribuição dos pensionistas, fazendo a lei retroagir — o que é inconstitucional, de acordo com a advogada Solange de Jesus —, e o tratamento diferenciado entre os militares do quadro especial, que entraram nas Forças antes da Constituição, e

os oficiais, que ingressaram por concurso. O vice-presidente da Associação dos Militares das Forças Armadas do Estado de São Paulo (Amfaesp), Vanderley Gonçalves, criticou o adicional de representação, que é mais alto para as patentes elevadas e pode ser levado para a reforma (correspondente à aposentadoria para os militares), situação que não se repete para os demais militares.

Na reestruturação de carreira proposta pelo texto, os adicionais mais substanciais são garantidos a partir de cursos que não estão disponíveis a todos. Em alguns casos, haverá até mesmo redução nos vencimentos, já que todos pagarão contribuições maiores para a reforma, mas nem todos terão ganhos para contrabalancear, disseram debatedores.

A redução do rol dos dependentes também foi criticada. Hoje são 18 (pais e netos, irmãos, cunhados ou sobrinhos menores ou inválidos e irmãs, cunhadas e sobrinhas solteiras ou viúvas sem renda) e o projeto propõe apenas 5: cônjuge ou companheiro, filho ou enteado até 21 anos ou até 24 anos se universitário e sem renda, e pai e mãe, tutelado ou curatelado inválido, ou menor de 18 anos sem rendimentos sob guarda judicial.

Davi confirma tramitação da nova Previdência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, confirmou ontem o calendário de tramitação da reforma da Previdência (PEC 6/2019), que passou ontem pela segunda sessão de discussão no Plenário. A PEC será votada em segundo turno na terça-feira. Davi acrescentou que, concluída essa etapa, a reforma tributária terá prioridade na Casa.

— Quero conversar um pouco com o ministro [da

Economia] Paulo Guedes para tratarmos da construção do texto da reforma tributária entre Câmara, Senado e governo — declarou.

Destaques

Na sessão de discussão, Paulo Paim (PT-RS) detalhou os destaques que apresentou à reforma previdenciária.

O primeiro destaque é sobre o fim da aposentadoria especial para trabalhadores

em áreas perigosas ou insalubres. O segundo trata do vínculo da idade ao tempo de contribuição, também para o caso de trabalhadores em trabalhos penosos ou insalubres.

Outro destaque diz respeito à média da soma dos salários, que estabelece a aposentadoria. Pela proposta aprovada, vai passar dos últimos 80 maiores salários ou contribuições para a soma de todos os salários da vida laboral.

Incentivos ao cinema podem ser prorrogados até 2024

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem um projeto de lei que estende até 2024 dois incentivos fiscais ligados à produção audiovisual. O PL 5.103/2019, do senador Marcos do Val (Podemos-ES), prorroga a possibilidade de dedução no Imposto de Renda (IR) para patrocínios a obras independentes e para valores aplicados na aquisição de cotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines). O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As modalidades de incentivo estão previstas na Lei do Audiovisual (Lei 8.685, de 1993) e na Medida Provisória 2.228-1, de 2001. Pela legislação em vigor, a possibilidade de dedução no Imposto de Renda para os dois casos termina no final deste ano.

Segundo a proposta aprovada na CE, até o exercício fiscal de 2024, os contribuintes poderão deduzir no Imposto de Renda as quantias investidas na produção de obras independentes audiovisuais brasileiras, por meio da aquisição de cotas representativas dos direitos de comercialização das obras. Isso desde que os investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os projetos também devem ter sido aprovados previamente na Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Os mesmos critérios valerão para o patrocínio das obras independentes, desde que estas também tenham o aval da Ancine. No caso do

Funcines, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real poderão deduzir do Imposto de Renda as quantias aplicadas na aquisição de cotas até 2024.

Limites

O relator, Dário Berger (MDB-SC), presidente da CE, lembrou que, no caso das políticas de incentivo envolvidas no projeto, há limites distintos para abatimento no Imposto de Renda por parte das pessoas físicas e jurídicas.

— No caso das jurídicas, o limite chega a até 4% do IR devido. É inegável que os mecanismos de incentivo contribuíram enormemente para a evolução e a modernização da indústria audiovisual brasileira. A produção saltou de 14 filmes em 1995 para 171 em 2018. No que tange ao valor adicionado pela produção audiovisual à economia brasileira, o crescimento foi de 24% entre 2007 e 2014, enquanto o volume de empregos aumentou em 158% entre 2007 e 2015. Outro número relevante é o aumento da renda gerada pelos filmes nacionais (17,4%) e o público pagante (34%) entre os anos de 2017 e 2018, o que resultou em R\$ 282,7 milhões de bilheteria e 23,2 milhões de espectadores — afirmou o senador.

Na justificativa, Marcos do Val lembra que nos últimos anos a renúncia fiscal das políticas de incentivo tem girado em torno de R\$ 90 milhões por ano, o que chamou de “uma quantia verdadeiramente insignificante diante de seu efeito multiplicador, marcado por benefícios econômicos e sociais”.

Professora perde com mudanças, afirma Zenaide

Ao destacar o Dia do Professor, comemorado ontem, Zenaide Maia (Pros-RN) disse



que a reforma da Previdência é uma violência contra mulheres, que são mais de 70% do corpo docente.

Ela mencionou dados do IBGE segundo os quais há 30,5 milhões de lares chefiados por mulheres que ganham menos de dois salários. A senadora observa que a reforma as condena a mais sete anos de trabalho para se aposentarem com a idade mínima exigida, que passará a ser de 62 anos.

Izalci quer que PM tenha previdência das Forças Armadas

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou ontem o Projeto de Lei (PL 1.645) que trata



da previdência dos militares. O senador sugere que a polícia militar e o corpo de bombeiros tenham o tratamento previdenciário das Forças Armadas. Ele lembrou as dificuldades na aprovação do relatório por conta de uma redução salarial. De acordo com Izalci, seria uma perda significativa, mas associações de praças e oficiais conseguiram mostrar a viabilidade da recomposição salarial.

Audiência aponta necessidade de regularização da educação em casa

Em debate de projeto sobre *homeschooling*, especialistas destacaram a urgência de segurança para as famílias que adotam a prática

A EDUCAÇÃO DOMICILIAR, conhecida como *homeschooling*, recebeu críticas e apoio de participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi requerida e presidida ontem pela relatora do projeto que regulamenta a prática (PLS 490/2017), Soraya Thronicke (PLS-MS). Segundo a senadora, mais de 7 mil famílias já estão praticando essa modalidade de educação no país e precisam de amparo jurídico.

— Precisamos identificar os pontos positivos e os negativos dessa prática para ter condições de estabelecer uma regulamentação.

A debatedora Karoline Correia há cinco anos pratica a educação domiciliar com seus três filhos. O motivo da opção foi a depressão do filho mais velho, consequência do bullying que sofria no colégio.

— Não podemos viver à parte da lei, como se fôssemos criminosos — afirmou.

Segundo a secretária nacional da Família do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Angela Gandra Martins, o interesse do ministério é defender o direito das famílias à liberdade de escolha sobre a modalidade de educação.

— Os pais dependem dessa decisão, que deve ser tomada ainda neste ano, de forma que se tenha qualidade no ensino e que as crianças tenham uma boa socialização.

Para a vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná, Marcia Baldini,



Relatora da proposta de regulamentação, Soraya Thronicke (C) preside audiência sobre educação domiciliar

na escola a criança aprende a conviver em grupo e essa interação é base para o desenvolvimento social. Ela considerou que há pautas mais importantes, como a evasão escolar, a melhoria das escolas e o financiamento da educação. Marcia questionou a formação acadêmica a ser exigida dos pais que pretendem fazer *homeschooling* e como será feita a fiscalização.

— Temos cerca de 48 milhões de matrículas no ensino regular e pesquisas mostrando que pode haver em torno de 16 mil crianças no ensino domiciliar. Então é um número bastante pequeno — questionou.

Para a representante do Ministério da Educação, Aricélia Ribeiro do Nascimento, não se pode limitar essa escolha a crianças com necessidades educativas especiais.

— Já temos atendimento no sistema educacional. Podemos ter certeza de que, mesmo nos cercando de todo o cuidado, teremos desafios.

De acordo com o presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), Ricardo Dias, em torno de 2% dos estudantes estudam em casa nos países em que é permitida a prática. Ele enfatizou que as escolas são necessárias e que uma modalidade não prejudica a outra.

Segurança jurídica

A promotora de Justiça de Defesa da Educação Cátia Gisele Martins esclareceu que o Supremo Tribunal Federal (STF), quando julgou o recurso extraordinário sobre o *homeschooling*, não disse que a prática era inconstitucional, mas que carecia de regulamentação. Dessa forma, as famílias que aderiram à prática perderam a segurança jurídica e precisam da lei.

Segundo o diretor da ONG Global Home Education Exchange Carlos Vinícius Brito Reis, o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, que garante aos pais a

liberdade de optar pela modalidade de educação dos filhos. Para ele, o tratado, que tem status de lei complementar, já bastaria como legislação.

Reis lembrou que há mais de 25 anos o Congresso debate o tema e que municípios e estados já estão tomando a iniciativa de aprovar leis regulamentando a prática.

Segundo Dias, pesquisas feitas nos Estados Unidos mostraram que, quanto à socialização, os estudantes que receberam educação em casa se envolvem mais em atividades cívicas e serviço voluntário à comunidade e tendem a ter mais tolerância política e religiosa do que os que aprenderam em escolas.

— Não estamos falando de hipóteses. Estamos falando de evidências científicas, de resultado de pesquisas que demonstram claramente a eficiência [da educação domiciliar], tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista social — afirmou.

Confúcio Moura pede valorização dos docentes

Confúcio Moura (MDB-RO) homenageou os professores ontem, em Plenário, registrando a passagem da data comemorativa. No entanto, defendeu que o profissional precisa ser motivado, valorizado e protegido por toda a sociedade.

Para o senador, não é fácil ser professor no Brasil. Ele apontou a necessidade de mais investimentos em educação, principalmente em escolas de periferia, pois investir em escola de pobre pode ser a solução para salvar o país, disse. Para o senador, o Brasil só vai melhorar com uma base sólida, que é a qualidade da educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amin celebra data e homenageia primeira professora

Esperidião Amin (PP-SC), homenageou ontem os professores do Brasil, pela passagem do seu dia. Ele disse ter exercido a profissão desde 1968, quando tinha 20 anos, tendo começado a lecionar na quarta série do ginásio do Instituto Estadual de Educação. O senador reverenciou, em particular, a sua primeira professora, Leonor de Barros, que era irmã de Antonieta de Barros (1901-1952), a primeira deputada mulher e negra do Brasil. Ele elogiou o carinho e a confiança que inspirava nos alunos. Por último, reiterou aos professores o seu compromisso com a educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Veneziano critica política do governo para a educação

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) afirmou ser necessário refletir sobre medidas adotadas pelo governo federal que podem prejudicar a educação e os professores. Ele citou o bloqueio de verbas das universidades e o contingenciamento de valores destinados ao pagamento de bolsas de estudo como ações que vão na contramão do que é esperado de um país que quer se desenvolver. O senador criticou também o Programa Future-se, ainda em estudo pelo governo. Segundo ele, a proposta pode acabar com a autonomia financeira das universidades públicas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Dário Berger pede fim de contingenciamento

Na Comissão de Educação (CE), que preside, e em Plenário, Dário Berger (MDB-SC), avaliou ontem que o Brasil “não tem muitas reais razões” para comemorar o Dia do Professor, “uma profissão sem a qual as demais não existiriam, mas quase sempre no país marcada por salários baixos e infraestrutura de trabalho precária”.

O senador citou pesquisa da ONG Nova Escola apontando que 66% dos professores brasileiros já foram, em algum momento da carreira, afastados das escolas por problemas de saúde como depressão, insônia, stress crônico e dores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa cita programas educacionais do PT

O líder do PT, Humberto Costa (PE), lembrou ontem o Dia do Professor. Ele disse que os desafios da categoria são enormes, mas citou avanços ocorridos nos governos do PT. Programas como o Caminho da Escola, de transporte escolar, aumento do número de universidades públicas e institutos federais e elevação da jornada de mais de 57 mil escolas públicas são alguns exemplos das gestões dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, informou o senador. Ele lembrou que o orçamento do setor saltou de R\$ 18 bilhões em 2003 para mais de R\$ 100 bilhões em 2016.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru: “Investir em educação é investir nos profissionais”

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) prestou homenagem ontem, em Plenário, aos professores, cujo dia foi comemorado ontem. Ele observou que a docência desempenha importante papel social e é uma das profissões mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. Entretanto, prosseguiu, continua sendo uma categoria desvalorizada e que ganha “miseráveis salários”.

— Jamais poderemos esquecer que investir em educação é também investir no professor e na melhoria da infraestrutura de ensino, especialmente nas escolas públicas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Paim, reforma da Previdência prejudica professor

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que os professores se dedicam à missão, mesmo sofrendo com os baixos salários, o excesso de alunos em sala de aula, a violência nas escolas e a falta de formação continuada. Na opinião dele, a desvalorização do magistério é histórica e fica evidente em propostas como a reforma da Previdência, que acaba com a aposentadoria especial após 25 anos de contribuição, ou no descumprimento da lei que instituiu o piso salarial dos professores, que hoje equivale a R\$ 2.557,74 para uma jornada de 40 horas semanais.

— Rio Grande do Sul, meu estado, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro não pagam o piso.